



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/04/2016



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. COMARCAS.....	2 - 3
2.2. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	5 - 7
3.2. CONVÊNIOS.....	8 - 12
4. JORNAL EXTRA	
4.1. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	14 - 16
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. JUÍZES.....	17 - 18
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	19 - 20
7.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	21
7.3. COMARCAS.....	22
7.4. PRESIDÊNCIA.....	23
7.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	24



Josué Pinheiro

Vereador Josué Pinheiro sugere criação de centros de conciliação e mediação

PÁGINA 3

Assembleia e Famem irão analisar projeto sobre partilha do ICMS

A Assembleia Legislativa e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) irão formalizar uma comissão, composta por deputados e gestores públicos municipais, para analisar detalhadamente o projeto de lei, de autoria do Governo do Estado, que redefine os critérios para distribuição do ICMS as cidades maranhenses.

A decisão foi tomada ontem (5), durante reunião de trabalho entre o deputado Humberto Coutinho e o

prefeito Gil Cutrim, presidentes do Poder Legislativo e da entidade municipalista, respectivamente. Também participaram do encontro os deputados Ricardo Rios, Roberto Costa, Fábio Braga, Stênio Rezende, Vinicius Louro e Josimar de Maranhãozinho.

Na semana passada, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da AL aprovou parecer sobre o projeto de lei. A repartição da parcela pertencente aos municípios deve privilegiar com

maior percentual de verba as prefeituras que apresentarem melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Gil Cutrim avaliou que o projeto é importante, uma vez que contribui para o crescimento do Ideb.

"No entanto, é necessário promovermos uma ampla discussão sobre o tema, ouvindo prefeitos e prefeitas de todos os municípios. Através de uma comissão, que será formada por deputados e gestores públicos munici-

pais, esmiuçaremos todos os pontos da proposta", afirmou Cutrim.

O deputado Roberto Costa disse que o PL precisa ser analisado com cuidado pelo Legislativo, para que alguns municípios não sejam prejudicados. "Essa é uma repactuação que precisa ser analisada com cuidado pela Assembleia, para que municípios menores não sejam prejudicados pelos municípios maiores com essa redução da alíquota", disse.

Comarca de Colinas é campeã em reconhecimento de paternidade

A comarca de Colinas, situada no leste maranhense, a 437 km de São Luís, é a primeira do Estado no reconhecimento de paternidade por exame de DNA no Laboratório Forense de Biologia Molecular do Poder Judiciário. A maioria dos pedidos de exame de DNA decorre das ações do Projeto “Reconhecer é Amar”, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça e realizado pela comarca, gratuitamente.

De 2012 quando as atividades começaram, até o ano passado, 263 exames de investigação de paternidade já foram realizados para a comarca de Colinas com esse fim. Desse total, 225 foram decorrentes das ações do projeto. Os 38 restantes são resultantes de ações criminais ou de alimentos que envolvam o exame de código genético.

As atividades do projeto em Colinas começaram com uma campanha de conscientização pública junto aos meios de comunicação, escolas e maternidades, sobre a necessidade de conter o nome do pai na Certidão de Nascimento dos filhos,

informou o técnico judiciário João Miguel.

Segundo o juiz da comarca, Marcelo Oka, o esforço realizado junto à comunidade e a facilidade do atendimento proporcionado pela Justiça contribuíram para alavancar as solicitações de reconhecimento de paternidade de crianças e adultos - voluntárias ou não, na comarca de Colinas.

O reconhecimento da filiação pode ser feito de forma pré-processual - por indicação ou espontaneamente - ou por meio da ação judicial. “Mesmo quando os supostos pais se apresentam com a mãe e o filho na vara para o reconhecimento de paternidade, eles pedem para realizar o exame de DNA”, observou o juiz.

O magistrado informou, ainda, que os pais interessados em reconhecer voluntariamente os filhos também podem se dirigir diretamente ao cartório de Registro Civil para fazer a alteração (averbação) da Certidão do Nascimento, a fim de estabelecer a paternidade.

Além de conscientizar a sociedade quanto à necessidade de

uma presença paterna na família, e garantir o direito do cidadão de ter a filiação paterna em sua certidão de nascimento, o projeto contribui para reduzir o fluxo de processos judiciais que visam ao reconhecimento obrigatório da investigação de paternidade.

LEI - O direito à paternidade está previsto no artigo 226, da Constituição Federal. A Lei nº 8.560/1992 regula a investigação de paternidade dos filhos de relações extraconjugais. O Conselho Nacional de Justiça, por meio do Provimento nº 12/2010, instituiu o Projeto “Pai Presente”, visando ao reconhecimento da paternidade de alunos matriculados na rede de ensino.

Em julho de 2012, a Corregedoria Geral da Justiça criou o Projeto “Reconhecer é Amar”, baseado no programa do CNJ, para incentivar e facilitar o reconhecimento voluntário da paternidade. No Provimento nº 21/2013, a CGJ-MA estendeu as facilidades do reconhecimento voluntário à paternidade socioafetiva.

SANTO AMARO

Ex-prefeito terá que devolver dinheiro desviado

Uma decisão assinada pelo juiz Raphael Serra Amorim, titular de Humberto de Campos, condena o ex-prefeito de Santo Amaro, Jaime Rodrigues da Cruz, a devolver 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O dinheiro teria sido desviado de verbas de pavimentação da cidade. A cidade de Santo Amaro é termo judiciário de Humberto de Campos.

Versa a denúncia do Ministério Público que “o requerido na qualidade de representante do município recebeu da Secretaria de Estado da Infra Estrutura – SINFRA, através do Convênio nº 136/98-ASJUR, cujo objeto consistia na execução de calçamento, meio fio e sarjeta na sede do município, R\$ 150.000,00. Em virtude de irregularidades o município estaria inadimplente perante o Estado do Maranhão. Aduz ainda que a irregularidade perdurará enquanto o

ex-gestor não prestar contas ou providenciar a devolução dos recursos”.

Na sentença, o magistrado ressalta: “Verifica-se que o ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública encontra-se devidamente configurado, uma vez que o promovido, na condição de prefeito municipal de Santo Amaro do Maranhão, deixou de prestar contas referentes ao convênio acima elencado, período no qual ainda era o gestor municipal”.

E segue: “Ainda que em audiência informe que as contas teriam sido prestadas, o requerido limitou-se a argüir o fato, sem prová-lo através de provas documentais, restando evidente que não adimpliu seu ônus probatório (art. 373, II, CPC/2015)”. A decisão observa que ficou demonstrado o dolo do ex-prefeito ao se observar que dei-

xou de prestar contas com o intuito de inviabilizar o exame comparativo das despesas supostamente realizadas, e dificultar a fiscalização da efetiva aplicação dos recursos que lhe foram destinados por intermédio do convênio objeto do presente feito.

Por fim, o magistrado julgou procedente a ação e condenou o requerido por violação à norma contida no art. 11, da Lei de Improbidade Administrativa. Ao ex-prefeito foram impostas as seguintes sanções: suspensão dos direitos políticos por três anos; pagamento de multa civil de 10 (dez) vezes o valor da remuneração percebida pelo requerido à época da contratação irregular, quando ocupava o cargo de Prefeito do município de Santo Amaro do Maranhão; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamen-

te, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

O Judiciário condenou o ex-gestor, ainda, ao ressarcimento integral do dano, equivalente ao valor repassado ao Município de Santo Amaro do Maranhão pelo Estado do Maranhão por decorrência do referido convênio, no importe de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sobre o qual incidirá correção monetária (INPC) e juros de mora de 1,0%(um por cento) ao mês, desde a liberação do repasse pelo Estado do Maranhão até a data do efetivo pagamento.

“O valor da multa reverterá em favor do erário municipal, vez que o débito foi imputado ao Município de Santo Amaro do Maranhão pelo Estado do Maranhão, nos termos do que preceitua o art. 18 da Lei nº. 8.429/92”, ressalta a sentença.

MEDIAÇÃO

Vereador sugere criação de centros de conciliação

Visando colaborar com o Plano de Expansão das Ações do Poder Judiciário, o vereador Josué Pinheiro (PSDB) está sugerindo ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, a criação e instalação de Centros de Conciliação e Mediação em Universidades Públicas e Privadas de São Luís.

Ao apresentar essa sugestão, o parlamentar social democrata diz está levando em consideração “a necessidade de atender de forma mais ampla e célere a população, sem obrigatoriedade de submeter-se a desgastante ansiedade que envolve os ritos de um processo judicial”. Ele acrescenta que se trata de “uma ação inovadora, uma alternativa de alcançar um entendimento, visando maior celeridade na resolução de demandas conceituosas”.

Josué Pinheiro enfatiza que “a mediação é um marco legal para a busca da paz social, através do diálogo e cooperação, sendo utilizada em quase todas as questões controvertidas, especialmente naquelas em que há entre os envolvidos uma ligação interpessoal duradoura, tais como familiares, de vizinhança

e contratual”. O vereador também exemplifica que a UFMA e a UEMA, encontram-se localizadas em áreas de grande densidade populacional, cujos habitantes e a própria comunidade universitária poderão convergir para os centros de conciliação e mediação, em busca de uma solução de conflitos através de métodos consensuais.

FISCALIZAÇÃO

Já por meio de um requerimento aprovado nesta terça-feira, (05), Josué Pinheiro solicita ao prefeito Edivaldo Holanda Junior que determine à SMTT (Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes) que adote medidas para intensificar a fiscalização dos transportes coletivos que servem no Terminal de Ônibus do Anel Viário/Fonte das Pedras.

“Necessário se faz a presença do órgão fiscalizador do poder público para disciplinar o transporte nessas áreas, desde o fluxo de veículos ao de passageiros, de modo a promover a organização e disciplina no serviço de transporte para melhor servir a população usuária”, justifica ele.

No banco dos réus

Mais um suspeito da morte de Décio Sá será julgado

POLÍCIA 5



Arquivo

Jornalista e blogueiro Décio Sá foi morto no dia 23 de abril de 2012 em um bar localizado na Ilhérua.

**Júri ocorrerá no
dia 13 deste mês
em São Luís**

**Marcos Bruno
encontra-se preso
atualmente**

SAIBA MAIS

Jornalista foi executado com cinco tiros

Décio Sá era repórter da editoria de Política de O Estado e autor de um dos blogs mais acessados do Maranhão. Ele foi executado com cinco tiros de pistola ponto 40 pelo matador de aluguel Jhonatan de Sousa Silva. Após o assassinato, o criminoso foi transportado em uma motocicleta pilotada por Marcos Bruno Silva de Oliveira.

Em 13 de junho de 2012, a polícia realizou a Operação Detonando, que resultou na prisão de oito pessoas suspeitas de envolvimento no assassinato do jornalista. Os detidos foram José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha; os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Elker Farias Veloso; o capitão da Polícia Militar, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita"; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Bochecha (solto em julho de 2013 por falta de provas); os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho, pai de Gláucio, que cumpre prisão domiciliar desde agosto de 2014n em razão do seu estado de saúde (ele é cardiopata).

Mais um suspeito da morte do jornalista Décio Sá será julgado

Marcos Bruno de Oliveira é suspeito de ajudar na fuga de Jhonatan de Sousa, assassino confesso do jornalista; ele irá a júri popular pela segunda vez, pois o primeiro foi anulado por ele ter recorrido da decisão judicial

LEANDRO SANTOS
Da equipe de **O Estado**

O julgamento de Marcos Bruno Silva de Oliveira, envolvido no assassinato do jornalista Décio Sá, está previsto para ocorrer no dia 13 deste mês. O crime ocorreu no dia 23 de abril de 2012, na Avenida Litorânea, em São Luís. O executor confessor do jornalista, Jhonatan de Sousa Silva, já foi condenado pelo crime em fevereiro de 2014.

O julgamento será feito pela 1ª Vara do Tribunal do Juri. Em fevereiro de 2014, Marcos Bruno chegou a ser condenado a 18 anos e 3 meses de reclusão pelo crime, mas ele recorreu da decisão e o julgamento foi anulado pelo Tribunal de Justiça e agora será submetido a novo júri popular.

Atualmente, Marcos Bruno está preso na capital maranhense. Ele é acusado de dar fuga ao autor do assassinato no dia do crime contra o ex-jornalista de **O Estado**. Durante o julgamento, Jhonatan de Sousa será uma das testemunhas ouvida no processo.

Em novembro do ano passado, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça decidiu aumentar para 27 anos e 5 meses (um acréscimo de 2 anos e dois meses) a pena de Jhonatan de Sousa, que já havia sido condenado anteriormente pelo juiz Osmar Gomes, em fevereiro de 2014. Nessa mesma sessão, foi anulado o julgamento em que Marcos Bruno, então conde-

nado a 18 anos e 3 meses de cadeia, também por envolvimento no assassinato de Décio Sá. Na ocasião foi despronunciado Shirliano Graciano de Oliveira, o Balão, a ir a júri popular pelo mesmo crime.

Anulação

Para chegar à pena total, o relator do processo, desembargador José Luiz de Almeida, considerou a reanálise das circunstâncias judiciais e definiu uma pena de 27 anos e 5 meses, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Em relação ao julgamento de Marcos

Bruno Silva, o desembargador acatou as alegações da defesa e anulou a decisão proferida pelo juiz Osmar Gomes.

Com relação a Shirliano Graciano, o desembargador José Luiz de Almeida indeferiu a ida do réu a júri popular por considerar que não foi comprovada a materialidade da participação dele na morte do jornalista. Para o magistrado, uma ligação telefônica de envolvidos para a esposa de Shirliano Graciano, identificada como Adriana Silva de Oliveira, e o encontro dele com outros indiciados não provam seu envolvimento.

Agiotagem

Em fevereiro deste ano, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça indeferiu o pedido de liberdade provisória em favor de José de Alencar Miranda de Carvalho. Segundo a polícia, ele e seu filho, Gláucio Alencar Pontes Carvalho, também são acusados de terem participado da morte do jornalista e blogueiro, Décio Sá.

Eles teriam prometido a quantia de R\$ 100 mil ao assassino confesso, Jhonatan de Sousa Silva. Os dois são suspeitos, ainda, da participação do assassinato do empresário Fábio Brasil, em Teresina, no Piauí, e de comandarem uma qua-

drilha especializada em agiotagem e em esquema fraudulento em mais de 40 prefeituras no estado.

O relator do processo, desembargador José Luiz Almeida, afirmou em sua decisão que o suposto agravamento do estado de saúde de José de Alencar Miranda Carvalho não justifica, por si só, a revogação da prisão domiciliar, uma vez que esta não impede que o acusado receba tratamento médico adequado. O entendimento do relator foi seguido pelos desembargadores José Bernardo Rodrigues, presidente da Segunda Câmara Tribunal, e do magistrado Vicente de Paula. ●

INFRAESTRUTURA

Em menos de três anos desse mandato, a frente do município, a gestão atual já atinge a marca de quase 2 mil quilômetros de estradas vicinais construídas e recuperadas. De acordo com informações do secretário de obras do município, Aluisio Santos, máquinas entraram em locais que antes nunca se imaginava, nem mesmo os moradores, pois comunidades que viviam num verdadeiro isolamento há mais de 70 anos, hoje comemoram a conquista do direito de ir e vir em absoluta segurança, a exemplo dos moradores das comunidades Olho D'água Seco, Tamburi e Centrão. Garantiu ainda, que em quase toda zona rural há a marca do governo municipal, que honrou compromisso com o homem do campo, pois além das estradas, construiu tanques, poços artesianos e pontes, além de propiciar a centenas de famílias o direito a energia elétrica, através do programa Luz Para Todos.

Na zona urbana, afirma o titular da pasta, que foi feita a recuperação dos canteiros centrais, das avenidas Vitorino Freire e Chico Pontes (antiga avenida Rodoviária), limpeza da cidade com serviço de capina e manutenção dos poços nas zonas urbana e rural. Já o serviço de iluminação pública mudou o visual noturno da cidade, que passou a ser mais iluminada e com manutenção constante. O mercado municipal, com nova administração e uma outra roupagem, oferece um extraordinário atendimento e extenso conforto aos feirantes e usuários, uma vez que a obra foi ampliada, recuperada e com mais segurança. Outras obras como as praças da Bíblia e da Mangueira (que estão entre os pontos mais visitados), ganharam estacionamento, nova iluminação, arborização e uma novidade: o wi-fi liberado. Ruas praticamente intransitáveis, foram pavimentadas com asfalto, beneficiando vários bairros. Foram mais de 10 km com recursos próprios. Disse mais o Secretário de Obras, que atualmente existem 27 construções em andamento, com benefícios tocados com recursos próprios do município e convênios com os governos estadual e federal.

SEGURANÇA

De acordo com o Secretário, a prefeitura equipou a Guarda Civil Municipal com duas novas viaturas, que dão agilidade a rondas diárias dos civis. E numa parceria entre a Prefeitura, Tribunal de Justiça, Ministério Público, 16º Batalhão da Polícia Militar, UFMA, OAB-Subseção, realizaram o Curso de Nivelamento Profissional para Guardas e Agente de Trânsito, que teve como objetivo aperfeiçoar e qualificar os agentes, onde diversos temas foram abordados, como atividade de inteligência, Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente-Idoso, gerenciamento de crise, intervenção tática, uso de algemas, relações interpessoais, aula de direito e outros. Disse ele, que no final do ano passado, a prefeitura fez a entrega de 3 novas viaturas, sendo um carro e uma moto para a Guarda Civil Municipal e a moto para os agentes de trânsito, incluindo um kit com o novo fardamento na cor padrão da Guarda.



Padre Cassimiro, a prefeita Ducilene e secretários municipais cortaram o bolo comemorativo ao aniversário de 78 anos do município.

Chapadinha aniversaria e prefeitura inaugura obras

A cidade de Chapadinha, situa-se na região do Baixo Parnaíba e possui uma população acima de 86 mil habitantes. No dia 29 do mês passado, a cidade comemorou 78 anos de fundação. Como parte das comemorações do aniversário da cidade, a administração municipal inaugurou várias obras. Entre elas, uma escola construída no ano de 64, e que nunca havia sido reformada. Hoje está climatizada, mobiliada, possui biblioteca, sala para professor, espaço para atendimento especial, cantina e banheiros. Inaugurou também a casa do artesão, uma Academia da Primeira Idade, no Bairro Areal e uma Praça, no bairro Cohab. A gestora do município, assinou 9 ordem de serviços. Entre elas, o início da construção da estação rodoviária; dois portais da entrada da cidade; estradas vicinais, ligando a cidade a vários povoados; recapeamento asfáltico de várias ruas e outras. A gestora do município, explicou que não recebeu, nenhuma ajuda do Governo do Estado. "Tudo aqui tem sido construído com recursos do próprio município, unindo forças e buscando parcerias com o governo federal". Através do deputado Cléber Verde, foi assinada, a ordem de serviço para a construção da estação rodoviária, uma praça no bairro do areal, 34 quilômetros de asfalto na cidade e iluminação de vários povoados. Das 9 ordem de serviços 6 obras são do governo federal e 3 são recursos do próprio município. Desde o início do mandato, explicou que nunca atrasou, nem mesmo por um dia, o pagamento dos funcionários e que vem administrando o município com o apoio da minoria dos vereadores. Dos 15 edis que compõem o legislativo, apenas 5 fazem parte da sua base parlamentar, 10 são contra. Ou seja, dois terços da oposição e apenas um terço da base aliada.

SAÚDE

Investir na saúde da população, foi uma das principais ações da administração municipal, principalmente na prevenção de doenças e humanização do atendimento nos hospitais e postos de saúde, com qualificação profissional, compra de equipamentos e reforma dos prédios.

As academias de saúde, instaladas pela prefeitura, mudaram a rotina de muita gente, que além de fazer a tradicional caminhada, aproveita para potencializar as atividades físicas nos aparelhos montados, em pontos estratégicos da cidade, pois Chapadinha conta com 6 academias montadas, pela prefeitura e mais duas deverão ser entregues nos próximos dias.

No atendimento à saúde, de oito Unidades Básica de Saúde, sendo 4 na cidade e 4 na zona rural; Dispõe ainda de Unidade de Pronto de Atendimento – UPA, que funciona 24 horas; hospital regional de média complexidade de 50 leitos, com terreno doado pelo município; convênio e doação do terreno para a construção do Centro de Hemodiálise; modernização da central de marcação de consulta, que agilizou o serviço e acabou com as filas; Casa de apoio à saúde, em São Luís, que hospeda cerca de 300 pessoas de Chapadinha, que recebem atendimento médico e marcação de consulta.

O programa Mais Médicos foi um marco na saúde do município, que recebeu 20 médicos especializados em Saúde da Família, que proporcionou um aumento de consultas, por mês e praticamente zerou as filas nos Postos de Saúde.

CULTURA

O carnaval 2016 foi um capítulo à parte. De acordo com a Secretaria de Cultura, superou todas as expectativas e quebrou o recorde de público, mas também, não era para menos. Com vários município se queixando de crise e cancelando suas programações, Chapadinha mostrou que com organização e planejamento, é possível driblar crise e oferecer laser para todos. Durante os cinco dias milhares de foliões se divertiram e aqueceram a economia do município. A prefeitura apoiou blocos de ruas e trouxe atrações escolhidas pelo público, como Chicabana, Márcia Fellipe, Xé Pop & Avneh Vinny, Ivo Brown e Romim Mata, além de valorizar os artistas locais. Outro ponto forte desse carnaval, foi a segurança, elogiado por todos. Não houve nenhuma ocorrência de maíoi gravidade, graça ao esquema de segurança montado numa parceria com Polícia Militar, Polícia Civil, Segurança Particular, Guarda Municipal e Agentes de Trânsito.

EDUCAÇÃO

Para que mais de 17 mil alunos de 32 escolas, na sede e 111 na zona rural, estivessem dentro da sala de aula, segundo o Secretário, foi um desafio diário para a secretaria de educação, que desde 2013 vem, realizando ações importantes e inovadoras, pois além da entrega de fardamento para os pequenos das pré-escolas e ensino fundamental, tem o material didático, pedagógico e mobília nova, 12 escolas climatizadas; mais de 38 escolas foram reformadas, na sede do município e zona rural e a prefeitura tem investido cada vez mais, na qualificação dos educadores, valorizando o esforço de cada profissional para que o resultado sejam professores incentivados e alunos estimulados, cada vez mais em aprender.

De acordo com o secretário, outra informação importante, é que acompanhando as diretrizes do Governo Federal, a prefeitura de Chapadinha, além de cumprir o calendário de pagamento da educação, tem também, atualizado o salário desses profissionais de acordo com o piso nacional. Em janeiro, desse ano, todos os professores da rede municipal de ensino, receberam o reajuste de 11,36%. Além disso a categoria tem recebido as promoções, progressões e titulações, além da antecipação de 50% das férias, já pago no mês de fevereiro. Disse mais, que a educação tem dado saltos na qualidade de ensinamentos devido a vários fatores e ainda tem muito mais a se comemorar. As escolas contam com profissionais qualificados para as aulas de contra turnos, pelo programa federal "Mais Educação", que há dois anos está em prática na cidade. Só no ano passado 20 escolas da sede do município e 42 da zona rural contaram com esse reforço. Disse, que em Chapadinha, nenhuma criança pode ficar fora da escola. E aquelas com necessidades especiais estão no programa da educação inclusiva. Salas de recursos multifuncionais estão sendo implantadas na cidade e zona rural, com o objetivo de promover condição de acesso, participação e aprendizagem aos alunos do ensino regular da rede pública.

AGRICULTURA

Atenção ao homem do campo, disse o secretário, tem sido cada vez mais intensificada por meio de ações estruturais, que além de estradas para facilitar o escoamento da produção, muitas comunidades foram beneficiadas com a mecanização dos campos, disponibilizando de dois tratores com grande aradora, sendo que um foi adquirido ao Governo Estadual, por meio de emenda parlamentar. Chapadinha de 2014 até início de 2016 conta com 1.470 linhas de terras aradas que facilitaram o trabalho de 694 famílias de 96 comunidades, incluindo também, propriedades localizadas na zona urbana. O apoio ao pequeno produtor vai além. Atualmente, o município através da secretaria de agricultura, toca 33 projetos de culturas diversificadas, sendo 10 hortas nas escolas, 10 de custeio de mandioca, 6 campos de milho, dois de arroz, dois de feijão e dois projetos de avicultura, totalizando 30 hectares de áreas que já estão produzindo ou em fase de execução, como o projeto social de horticultura que está sendo desenvolvido no conjunto habitacional José de Sousa Almeida, onde uma área de 2.200 metros quadrados está sendo trabalhada para servir de fonte de renda para as famílias da localidade.



Ordem de serviço para a construção de obras conveniadas com o governo federal, a exemplo da estação rodoviária, uma praça, no bairro areal e 31 quilômetros de pavimentação asfáltica na zona urbana e iluminação elétrica de vários povoados.



Praça Dom Pedro, no bairro Cohab

Vereador sugere criação de centros de conciliação e mediação

Visando colaborar com o Plano de Expansão das Ações do Poder Judiciário, o vereador Josué Pinheiro (PSDB) está sugerindo ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, a criação e instalação de Centros de Conciliação e Mediação em Universidades Públicas e Privadas de São Luís.

Ao apresentar essa sugestão, o parlamentar social democrata diz estar levando em consideração “a necessidade de atender de forma mais ampla e célere a população, sem obrigatoriedade de

submeter-se a desgastante ansiedade que envolve os ritos de um processo judicial”. Ele acrescenta que se trata de “uma ação inovadora, uma alternativa de alcançar um entendimento, visando maior celeridade na resolução de demandas conceituosas”.

Josué Pinheiro enfatiza que “a mediação é um marco legal para a busca da paz social, através do diálogo e cooperação, sendo utilizada em quase todas as questões controvertidas, especialmente naquelas em que há entre os envolvidos uma ligação interpessoal duradoura, tais como

familiares, de vizinhança e contratual”. O vereador tuca-no exemplifica que a UFMA e a UEMA, encontram-se localizadas em áreas de grande densidade populacional, cujos habitantes e a própria comunidade universitária poderão convergir para os centros de conciliação e mediação, em busca de uma solução de conflitos através de métodos consensuais.

FISCALIZAÇÃO - Já por meio de um requerimento aprovado nesta terça-feira, (05), Josué Pinheiro solicita ao prefeito Edivaldo Holanda Junior que determine à SMTT

(Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes) que adote medidas para intensificar a fiscalização dos transportes coletivos que servem no Terminal de Ônibus do Anel Viário/Fonte das Pedras.

“Necessário se faz a presença do órgão fiscalizador do poder público para disciplinar o transporte nessas áreas, desde o fluxo de veículos ao de passageiros, de modo a promover a organização e disciplina no serviço de transporte para melhor servir a população usuária”, justifica ele.

TEXTO: ALTERÉ BERNARDINO

Divulgação



População de Newton Bello proteta contra volta de prefeita ao cargo

Possível recondução de Leula Brandão ao comando do município causou revolta dos moradores, que bloquearam a BR-316 e queimaram a prefeitura.

PÁGINA 3/POLÍTICA

FOGO NA PREFEITURA

População de Newton Bello não quer prefeita de volta

Possível retorno de Leula Brandão ao comando do município causou revolta nos moradores. População colocou fogo na prefeitura e bloqueou a BR-316 com pneus e lixeiras queimados

JOÃO CARVALHO JR.
ESPECIAL PARA O IMPARCIAL

O cenário de revolta e destruição vivido na cidade de Newton Bello, a 290 quilômetros de São Luís, tem por trás uma manifestação política. A prefeita da cidade, Leula Pereira Brandão (PRTB), teve seu mandato cassado e vem travando uma batalha judicial para retomar o cargo. O tumulto provocado naquele município é consequência de fatos que revoltaram a população. A maioria dos moradores não quer ver a prefeita de volta ao poder.

Leula Brandão enfrenta processos na Justiça desde 2013. Mas foi em 2015 que ela começou a ter sérios problemas devido às suspeitas de improbidade administrativa e irregularidades na prestação de contas referente ao exercício de 2014. A gestora foi acusada de desvio de verbas públicas em diversas áreas, o que levou ao seu afastamento em novembro passado. Ela conseguiu reaver o cargo, mas o desgaste só aumentou.

Caso de Justiça

Leula ingressou na Justiça e, na última semana, conseguiu o direito de voltar à prefeitura por meio de uma liminar. Porém, no último sábado, durante o plantão judicial, a Câmara Municipal de Newton Bello e a equipe da CPI entraram com uma contração. O caso foi acolhido pela desembargadora Nelma Sarney, sob a justificativa de que “o caso deve ser apreciado no Plantão Judicial (art. 19, §19 do RITJMA), eis que se trata de questão urgente e relevante, que envolve alternância na Chefia do Poder Executivo Municipal”.

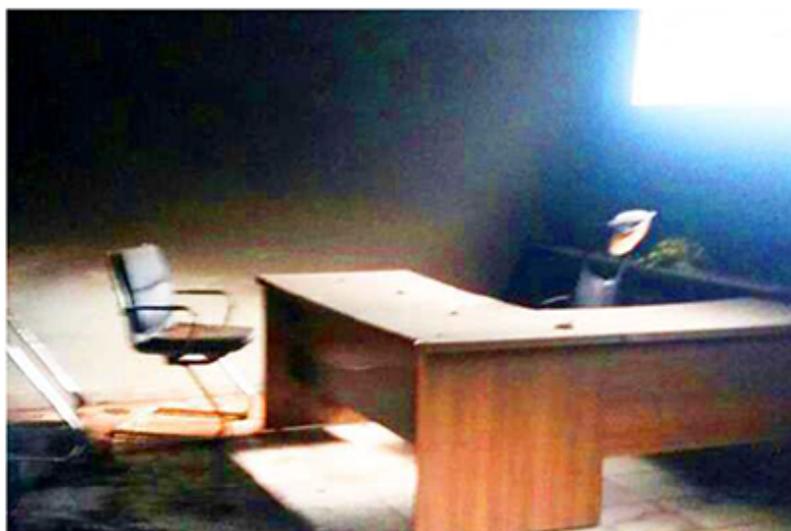
Na decisão, a desembargadora manteve a prefeita afastada do cargo. “Defiro [...] o pedido formulado pelos requerentes para suspender os efeitos da medida liminar concedida [...], mantendo, por consequência, o Sr. Francisco de Assis Filho no cargo de Prefeito Municipal de Governador Newton Bello, até o trânsito em julgado”.

A prefeita cassada já ingressou com nova ação, desta vez um agravo contra a decisão da de-

sembargadora Nelma Sarney. O resultado ainda não é de conhecimento público, mas Leula e seu grupo já estariam comemorando uma possível decisão favorável. E esse ‘boato’ foi o estopim para a revolta da população, que, enfurecida, ateou fogo na sede da prefeitura e bloqueou a rodovia federal (BR-316) que corta a cidade na manhã de ontem. Os atos demonstram a grande insatisfação da população com a possível recondução de Leula ao cargo.

Crimes que Leula teria praticado

- *desvio de verbas para a construção de escolas, estradas e unidades de saúde*
- *manutenção de funcionários fantasmas na folha de pagamento do município*
- *nomeação de pessoas próximas para cargos no município*
- *contratação de empresa gerida por familiares*



Possível volta da prefeita Leula revolta população de Newton Bello

>> Cassação



Quando 2016 começou, Leula já se via como alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara Municipal de Newton Bello. Ainda no início do mês de fevereiro, a juíza Leoneide Delfino Barros, da Comarca de Zé Doca, proibiu a continuidade dos trabalhos da CPI que buscava cassar o mandato de Leula Brandão. Porém, no dia 1º de março, a decisão da juíza foi derrubada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, através do desembargador José Ribamar Castro. No dia 4 de março, a Câmara Municipal, tendo como base o relatório produzido pela CPI, cassou o mandato de Leula Brandão. Seis dos nove vereadores da cidade votaram pela saída da prefeita. O vice-prefeito Francisco de Assis Filho, o Barrosinho da Rosilândia, foi empossado no cargo.

Prefeito Madeira e juiz Delvan Tavares unidos pelo projeto Arte & Cidadania nas Escolas

*As duas autoridades municipais sempre
demonstraram respeito mútuo*

O prefeito Sebastião Torres Madeira nunca escondeu a admiração que sente pelo trabalho desenvolvido nesta cidade pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, Delvan Tavares. Como a recíproca é verdadeira, o magistrado também reconhece os valores e ações da atual administração, colaborando com a mesma por confiar na seriedade e

transparência do governo Madeira.

Isso ficou demonstrado mais uma vez durante a solenidade de lançamento da sétima edição do projeto Arte & Cidadania nas Escolas, na tarde da última sexta-feira (1º), na sede da Fundação Cultural de Imperatriz - FCI. Madeira fez questão de elogiar o pro-

jeto, que para ele tem sido a "menina dos olhos", da Fundação, no que diz respeito ao benefício que ele leva a classe estudantil do município.

O prefeito de Imperatriz se disse satisfeito em apoiar o projeto, levado às escolas por intermédio da Fundação Cultural de Imperatriz, Vara da Infância e Juventude, Comissariado de Menores, Secretaria Municipal da Educação - SEMED e Academia Imperatrizense de Letras - AIL. "O Zeca Tocantins (coordenador geral), o juiz Delvan Tavares e o Lucena Filho, têm muito bem conduzido esse importante projeto.

Madeira observou, ainda, que a Prefeitura de Imperatriz, por intermédio da FCI está construindo nesta cidade, um Conservatório Musical que vai atender dezenas de crianças e adolescentes, que desejam se especializar na área musical. "Teremos professores para os mais variados instrumentos musicais,



Prefeito Madeira e o juiz Delvan Tavares, na solenidade de lançamento do projeto Arte & Cidadania nas Escolas

aptos a prepararem nossas crianças para uma profissão digna", observou.

O gestor imperatrizense fez questão de lembrar, que o recurso que está sendo aplicado na obra foi conseguido por intermédio do juiz da Vara da infância e Juventude, Delvan Tavares, junto à ELETRO-NORTE. "O doutor Delvan

Tavares também conseguiu arregimentar recursos para construirmos a Casa da Criança, uma das mais bem estruturadas do Estado, que recebe crianças em situação de risco", concluiu Madeira.

Por sua vez, o juiz Delvan Tavares, se disse satisfeito em coordenar a área de cidadania do projeto Arte & Cidadania

nas Escolas, principalmente por seu alcance social. Afirmou, também, que tem buscado trabalhar em parceria com a administração municipal, porque confia na transparência e ética do atual governo. "Desse forma, queremos manter essa parceria que vem dando certo", concluiu o magistrado. *[Domingos Cezar - ASCOM]*

“Temos, enfim, um Código apto a formar as bases de um processo útil, renovado e compreendido como atividade estatal desenvolvida sob o contraditório e ampla defesa para o exercício democrático da jurisdição”, assinalou o Desembargador Paulo Velten, presidente da Comissão Especial para Adequação da Estrutura e dos Procedimentos da Justiça de 1º e 2º Graus ao novo Código de Processo Civil

- O novo sistema de protocolo na Justiça de 2ª Grau com leitor de código de barras deu impulso significativo à tramitação dos processos judiciais movimentados nas seis coordenarias e onze secretarias da Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça.

Vereador sugere criação de centros de conciliação e mediação

Visando colaborar com o Plano de Expansão das Ações do Poder Judiciário, o vereador Josué Pinheiro (PSDB) está sugerindo ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, a criação e instalação de Centros de Conciliação e Mediação em Universidades Públicas e Privadas de São Luís.

Ao apresentar a sugestão, o parlamentar diz considerar “a necessidade de atender de forma mais ampla e célere a população, sem obrigatoriedade de submeter-se a desgastante ansiedade que envolve os ritos de um processo judicial”. Ele acrescenta que se trata de “uma ação inovadora, uma alternativa de alcançar um entendimento, visando maior celeridade na resolução de demandas conceituosas”.

Josué Pinheiro enfatiza que “a mediação é um marco legal para a busca da paz social, por meio do diálogo e cooperação, especialmente naquelas em que há entre os envolvidos uma ligação interpessoal duradoura, tais como familiares, de vizinhança e contratual”. O vereador tucano exemplifica que a Ufma e a Uema, encontram-se localizadas em áreas de grande densidade populacional, cujos habitantes e a própria comunidade universitária poderão convergir para os centros de conciliação e mediação, em busca de uma solução de conflitos.

Comarca de Colinas-MA é campeã em reconhecimento de investigação de paternidade

A comarca de Colinas, situada no leste maranhense, a 437 km de São Luís, é a primeira do Estado no reconhecimento de paternidade por exame de DNA no Laboratório Forense de Biologia Molecular do Poder Judiciário. A maioria dos pedidos de exame de DNA decorre das ações do Projeto “Reconhecer é Amar”, promovido pela Corregedoria Geral da

Justiça e realizado pela comarca, gratuitamente. Segundo o juiz da comarca, Marcelo Oka, o esforço realizado junto à comunidade e a facilidade do atendimento proporcionado pela Justiça contribuíram para alavancar as solicitações de reconhecimento de paternidade de crianças e adultos – voluntárias ou não, na comarca de Colinas.

Comissão de Direito Marítimo da OAB prestará apoio ao TJMA

A Comissão de Direito Marítimo da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão colocou-se à disposição do Tribunal de Justiça (TJMA) para tratar de assuntos relacionados aos contratos marítimos e atividades portuárias. O Judiciário está avançando nos estudos e parcerias institucionais para tratar do tema, ainda pouco debatido e conhecido.

A presidente da Comissão, a advogada Najla Maluf, afirmou ao presidente da Corte maranhense, desembargador Cleones Cunha, que uma atenção especial está sendo dada ao tema, disponibilizando-se a

auxiliar o Tribunal nos estudos e orientações acerca da matéria.

O presidente do TJMA, Cleones Cunha, afirmou que desde o início da gestão tratou com o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ) sobre uma agenda especial da questão, que é de extrema importância para o Maranhão, mas não vem recebendo a atenção necessária. Ele informou que o TJ também está em contato com a Capitania e outras instituições interessadas em realizar um trabalho de valorização relacionado aos contratos e atividades portuárias.

São Luís

MPMA garante matrícula de criança com deficiência em escola particular

Uma Ação Civil Pública, proposta pela 14ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Pessoa com Deficiência, levou a 1ª Vara da Infância e Juventude da capital a determinar, em Liminar, que a Escola São Vicente de Paulo (Associação de Educação Vicentina Santa Luísa de Marillac) seja obrigada a não recusar matrículas de pessoas com deficiência e se abstenha de cobrar qualquer sobretaxa, utilizando os recursos técnicos e pedagógicos adequados. Na sentença, a juíza Lícia Cristina Ferras Ribeiro de Oliveira estende a determinação a todas as escolas da rede privada da capital, “como

meio garantidor de inclusão das crianças e adolescentes com deficiência a um ambiente escolar saudável, digno e igualitário”.

A ação baseou-se em uma denúncia recebida pela Promotoria, na qual a família de uma criança de oito anos, com paralisia cerebral, relatou dificuldades para conseguir vaga para a criança em escolas de São Luís. Uma das instituições procuradas foi a Escola São Vicente de Paulo, que teria “aconselhado” o pagamento de um tutor para acompanhar a criança, o que foi negado pelos familiares.

“Por conta da recusa em pagar

a sobretaxa ilegal, o pedido de matrícula da criança foi negado, gerando grave transtorno no desenvolvimento físico e mental da criança e profundo sofrimento moral em sua responsável legal”, explicou o promotor Ronald Pereira dos Santos, autor da ação. Ao negar a matrícula à criança com deficiência, a escola descumpra a Constituição Federal; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, da qual o Brasil é signatário desde 2001; e a Resolução nº 291/2002 do Conselho Estadual de Educação do Maranhão. Além disso, de acordo com o promotor de justiça, a conduta constitui crime previsto no artigo 8º da Lei nº 7.853/1989, punível com reclusão de 1 a 4 anos, além de multa. A decisão prevê multa diária de R\$ 1 mil para o caso de descumprimento da decisão.